

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Renan Otoni Agostini

A intersecção entre a Educação Escolar e o Museu.

São Paulo

2024

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

A intersecção entre a Educação Escolar e o Museu.

Renan Otoni Agostini

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Gestão de Projetos
Culturais.

Orientadora: Profa. Me. Cláudia Vendramini Reis

São Paulo

2024

AGRADECIMENTOS

A INTERSECÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR E O MUSEU.¹

Renan Otoni Agostini²

Resumo: Este trabalho investiga como os museus, por meio de práticas educativas, podem enriquecer o ensino de História, conectando o conteúdo escolar à experiência sociocultural dos estudantes. A pesquisa, que inclui revisão bibliográfica e um estudo de caso do Memorial da Resistência de São Paulo, propõe que os museus, como local de memória, são espaços pedagógicos valiosos. A estrutura do estudo contempla a função educativa no museu, o papel do Memorial no ensino da história do autoritarismo no Brasil e como sua proposta educativa pode aprofundar o aprendizado histórico, tornando-o mais crítico e significativo.

Palavras-chave: Educação Escolar; Educação Museal; Memória; História.

Abstract: This work investigates how museums, through educational practices, can enrich the teaching of History by connecting school content to students' sociocultural experience. The research, which includes a bibliographic review and a case study of the Memorial da Resistência de São Paulo, proposes that museums, as sites of memory, are valuable pedagogical spaces. The study's structure addresses the educational function of museums, the role of the Memorial in teaching the history of authoritarianism in Brazil, and how its educational proposal can deepen historical learning, making it more critical and meaningful.

Key words: School Education; Museum Education; Memory; History.

Resumen: Este trabajo investiga cómo los museos, mediante prácticas educativas, pueden enriquecer la enseñanza de la Historia, conectando el contenido escolar con la experiencia sociocultural de los estudiantes. La investigación, que incluye una revisión bibliográfica y un estudio de caso del Memorial de la Resistencia de São Paulo, propone que los museos, como lugares de memoria, son espacios pedagógicos valiosos. La estructura del estudio aborda la función educativa en el museo, el papel del Memorial en la enseñanza de la historia del autoritarismo en Brasil y cómo su propuesta educativa puede hacer el aprendizaje histórico más crítico y significativo.

Palabras clave: Educación Escolar; Educación Museal; Memoria; Historia.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais.

² Pós-Graduando em Gestão de Projetos Culturais, Celacc, USP, e Licenciado em História, FMU.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como os museus, a partir de sua prática educativa, podem contribuir para o ensino de História. Ao preservarem objetos, histórias e símbolos, os museus tornam-se espaços privilegiados para a mediação entre o conteúdo escolar e os objetos expostos, promovendo um diálogo entre o ensino formal e a realidade sociocultural dos estudantes.

Partimos da hipótese de que os museus possuem um valor pedagógico significativo para o trabalho docente, o qual pode e deve ser explorado. Nesse sentido, a pesquisa realiza uma revisão da literatura científica, buscando integrar os museus ao ensino de História. O objetivo é apresentar conceitos que iluminem as ações educativas no espaço museal, fornecendo aos docentes uma perspectiva crítica de compreensão histórica. Para tanto, também se faz necessário olhar para as instituições museais que preservam a memória e discutir como refletem, a partir de sua gestão e organização interna, conceitos específicos de história, cultura, arte, patrimônio — tanto material quanto imaterial — e identidade nacional. Essa perspectiva contribui para a formulação de uma proposta pedagógica específica no contexto dos museus, cujo acervo e organização influenciam diretamente na ação pedagógica realizada pelo professor.

O Memorial da Resistência de São Paulo foi escolhido como estudo de caso, por ser uma instituição que não apenas preserva as memórias da repressão e da resistência política no Brasil, mas também desempenha uma função educativa relevante no que se refere ao ensino da história do autoritarismo brasileiro. Por isso, a pesquisa tem por objetivo a análise da proposta educativa do Memorial da Resistência, o que incluiu visitas ao museu, observação direta e a coleta de dados por meio do site oficial e da publicação *Memorial da Resistência, 10 anos: presente!*. Essa abordagem permitiu uma compreensão da dinâmica educacional do Memorial, possibilitando, ao final, uma discussão sobre as implicações dessa prática para o ensino de História e para a integração entre museus e educação escolar, um desafio para muitos educadores.

Para estruturar a exposição dos conceitos, utilizamos referências teóricas divididas em dois grupos principais: pesquisadores da Educação, da História e da Memória. Entre os estudiosos da Educação, destacamos Carlos Rodrigues Brandão, especialmente por sua definição do que é educação, e Circe Maria Fernandes Bittencourt, pela sua contribuição à

metodologia e teoria do ensino de História. Já os pesquisadores da História e da Memória que baseiam a pesquisa são os franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora, ambos centrais no estudo da memória, mentalidade e identidade no campo historiográfico.

O trabalho está organizado em quatro partes. A primeira apresenta a introdução, definindo o objeto e os objetivos da pesquisa. A segunda contextualiza a função do museu no pensamento sobre sua ação educativa, explorando o conceito de educação museal, que dá suporte a todo o trabalho. Na terceira parte do trabalho, são apresentados conceitos relativos à finalidade do ensino de história, com ênfase em temas da produção historiográfica, como a memória e os lugares de memória, alicerces na aprendizagem histórica. A quarta parte se concentra na análise e exposição do papel social e educativo do Memorial da Resistência de São Paulo, incluindo uma reflexão sobre seu espaço físico, que integra a proposta educativa da instituição. Essa análise permite explorar como a ação educativa do Memorial, além dos objetos expostos, pode enriquecer o ensino de História, proporcionando aos professores uma ferramenta para tornar o processo de ensino mais significativo e reflexivo para os alunos, especialmente no que tange à história do autoritarismo no Brasil. Por fim, na quinta e última parte do trabalho, apresentamos as considerações finais, sintetizando as discussões anteriores e explorando as aproximações e possibilidades para o Ensino de História.

2. MUSEU E EDUCAÇÃO

A palavra Museu tem raízes na antiguidade, surgindo na Grécia Antiga como *Mouseion*, que significa templo das musas ou morada das musas. As musas eram filhas de Zeus, Deus do Olimpo, e Mnemosine, a personificação da memória na mitologia grega. O templo era o local onde as musas ficavam para guardar, preservar e divulgar a memória, por meio do canto, das vitórias e dos grandes feitos dos deuses. Apesar dessa origem etimológica revelar aspectos que são comuns ao conceito contemporâneo de museus, ela parte de uma perspectiva mítica. O museu que conhecemos atualmente não é um lugar para a adoração de deuses e seus feitos. Os museus, ao longo da história, têm se constituído em instituições dinâmicas, cujo papel e definição foram moldados por diversos fatores sociais, culturais e econômicos. Inicialmente, os museus eram espaços exclusivos, voltados à elite, onde coleções privadas de arte e artefatos eram exibidas. Com o tempo, essas instituições se transformaram em espaços públicos, acessíveis a uma gama maior de pessoas, refletindo as mudanças nas estruturas sociais e nas relações de poder.

Em termos de legislação brasileira, foi em 14 de janeiro de 2009, através da Lei nº 11.904, que se estabeleceu uma definição de museu no país. Segundo o Art. 1º desta lei, considera-se museus:

[...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009).

Pensar nas definições de museu implica reconhecer que elas são historicamente condicionadas, refletindo as transformações das sociedades ao longo do tempo. A constituição dos museus como instituições foi modelada e remodelada por diversas dinâmicas sociais e econômicas, sendo, por vezes, palco de conflitos que influenciaram sua função e significado na sociedade. Assim, os museus são produtos de um processo histórico contínuo, onde suas funções e propósitos foram redefinidos para se adequarem às demandas culturais e sociais de cada época. A partir disso, a Lei nº 11.904, em linhas gerais, é reflexo desses conflitos e surge como um instrumento para o reconhecimento do museu em sua diversidade, mas também para fiscalização e cumprimento de obrigações, assim como um documento de orientações quanto à gestão dos museus, ao reconhecimento e à difusão de cultura e à proteção do patrimônio. Nesse instrumento de lei, vemos as múltiplas competências do Museu: a ideia de preservação e conservação, especialmente pensando no acervo, mas também o processo educativo, visando disponibilizar e promover ao grande público o acesso ao acervo, à pesquisa, à criação de um arquivo ou biblioteca e, por fim, às exposições, publicações e comunicação com o público externo.

Diante dessa ideia de um processo dinâmico de construção de definição de instituições museais, temos a nova definição de museu adotada pelo Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums) e aprovada em 2022, em sua Conferência Geral em Praga.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

A construção coletiva da nova definição de museu, proposta pelo conselho, foi fruto de debates intensos e de um processo colaborativo que envolveu a participação ativa da sociedade. Esse diálogo amplo foi fundamental para moldar a definição, destacando especialmente a contribuição significativa do Brasil.

Tendo abarcado o maior número de respondentes de que se tem notícia entre os comitês nacionais, em suas consultas abertas a membros e não membros, o ICOM Brasil ampliou radicalmente a participação social no processo de construção da definição. (SOARES, 2024, p. 17)

A contribuição do Brasil para a nova definição de Museu, por meio de uma consulta pública, está na escolha e indicação de 20 termos selecionados pela sociedade museológica brasileira. Cada um desses termos representa um conceito fundamental, ajudando a moldar uma definição de museu que reflete os valores e as prioridades da comunidade museal do país. Dessa escolha a “Educação” foi um dos termos indicados pelo Brasil, um reforço ao caráter educativo do museu, do qual é constitutivo de sua própria definição, ou seja, não há museu sem a intencionalidade de ser educativo.

No entanto, o museu é um espaço de Educação não formal, e por isso, na constituição de sua proposta pedagógica, não há um compromisso com um currículo específico, como acontece na educação escolar. Ou seja, apesar de existir um processo de aprendizado, isso ocorre fora da lógica de uma instituição de ensino formal, como as escolas e universidades. Como bem lembra Brandão (1981) em sua publicação “O que é Educação”, ninguém escapa da educação. A educação "existe misturada com a vida em momentos de trabalho, de lazer, de camaradagem ou de amor" (Brandão, 1981, p. 19). Ao longo da vida, encontraremos situações que têm uma intencionalidade educativa, mas que se dividem na forma como são organizadas e ordenadas. A definição de Educação Formal ou Educação Escolar, tal como entende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), contrapõe-se a um conceito mais amplo e abrangente de Educação, que contempla a Educação não formal e informal. A Educação Escolar é um processo que tem intencionalidade ordenada por um conjunto de leis que a regulam, e que se desenvolve e acontece, predominantemente, em instituições próprias do Estado (Escolas e Universidades), vinculando-se ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996). A Educação Escolar possui uma finalidade que é disputada no interior das sociedades, seja na manutenção, transformação ou na reforma dessa sociedade. E, nesse sentido, a prática escolar carrega em si essa disputa que rege como a educação escolar é organizada, principalmente pensando em tendências pedagógicas específicas. Como coloca Libâneo (1985, p 1) “A prática escolar carrega condicionantes sociopolíticos que configuram diferentes concepções de homem e de sociedade, e diferentes pressupostos sobre o papel da escola”.

Uma segunda definição mais ampla, entende a Educação como uma atividade que visa a socialização dos conhecimentos historicamente e socialmente produzidos. Essa atividade de

socialização envolve todos os âmbitos da teia social. Ou, segundo Freire, como um processo de humanização. Já que ninguém educa ninguém, assim como, ninguém se educa sozinho, mas, os indivíduos se educam entre si, mediados pelo mundo (FREIRE, 1974, p. 18). A educação, na maior parte das vezes, está integrada a um processo que acontece no dinamismo da sociedade e no fluir de seus interesses, transmitindo a cultura, a história e o saber-fazer dos indivíduos e das sociedades, refletindo as mudanças sociais.

A educação é uma prática social (...) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. (BRANDÃO, 2006, p. 72-3)

Essa prática por ultrapassar o ambiente escolar ou universitário, perpassando instituições próprias (oficinas, cursos autônomos, bibliotecas, etc.) e relações cotidianas, interpessoais, que refletem os modos de vida e organização das sociedades, ainda que exista intencionalidade nesse processo, ele não é ordenado por uma instituição oficial. Por outro lado, há instituições como museus e bibliotecas que, embora inseridas na perspectiva da educação não formal, também são reguladas pelo Estado. Exemplos disso são a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que estabelece o Estatuto de Museus, e a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino.

Diante disso, neste artigo adotamos o conceito de *Educação Museal*, que consegue sintetizar as ações que se desenvolvem e são implementadas no museu são diversas, assim como as formas de se organizar uma exposição. As exposições nos museus, sejam elas temporárias ou de longa duração, são centrais para as narrativas e didáticas adotadas sobre suas coleções e acervos. Ou seja, nas exposições nos museus existem diversas narrativas, discursos, sentidos, cheiros, sons. Escolhe-se o que, como, onde e para quem mostrar ou ocultar. A partir das narrativas e escolhas numa exposição desenvolvem-se as práticas educativas. Portanto, educação museal está relacionada às estratégias pedagógicas, metodologias educativas realizadas no contexto das exposições e dos acervos dos museus. A criação da Seção de Assistência ao Ensino (SAE) em 1927 no Museu Nacional foi um marco importante para a consolidação do conceito de *Educação Museal* no Brasil. A SAE buscava integrar práticas educativas ao acervo museológico e criar um diálogo direto com a educação escolar, promovendo a utilização do museu como uma ferramenta pedagógica. A partir desse contexto, as ações educativas em museus foram implementadas, consolidando-se como uma área essencial para o aprendizado e a divulgação científica e cultural.

3. O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA

Para essa parte do trabalho, o objetivo é apresentar qual a finalidade do ensino de História para assim explorar alguns conceitos da Historiografia como "Memória" e "Lugares de Memória". Esses conceitos historiográficos surgem a partir das contribuições teóricas de Jacques Le Goff e Pierre Nora, desenvolvidas no contexto da *Nouvelle Histoire*³, e possibilitam uma compreensão sobre como os museus podem dialogar com o ensino de História.

Qual a finalidade do ensino de História? Para pensar isso, podemos olhar para a discussão que Bittencourt (1998, pp. 18-19) propõe sobre a história da disciplina no Brasil. Discussão essa, que num primeiro momento, na década de 1930, tem um forte caráter nacionalista de formação de identidade nacional. Já na segunda guerra mundial, deixa de lado, onde o ideário nacionalista na educação é substituído por um apego a materiais da indústria, como a matemática, química e física. Essas disciplinas ganharam um status de ser a base para a formação de uma nação tecnológica e os estudos de humanidades formaram uma parte pequena de interesse. É somente na década de 70 que a História e a Geografia foram reconhecidas como disciplinas autônomas e de interesse e voltaram aos debates, principalmente por conta da inclusão de novas classes sociais oriundas das políticas públicas desse período. Apesar dessas mudanças de foco, a História manteve uma tendência dentro dos currículos escolares, seu objetivo ainda era formar um tipo de cidadão. Qual? Isso depende do momento histórico que estamos observando. Por outro lado, Bittencourt (1998, p. 20), numa perspectiva próxima aos conceitos da historiografia, coloca que o ensino de História deve libertar o indivíduo de uma estagnação temporal, onde o estudante deve sair de uma imobilidade diante dos acontecimentos e compreender a relação entre passado e presente e presente e passado. Esse papel da História como disciplina não é algo implícito ou velado, mas seu objetivo e proposta, ou seja, integrar os estudantes num movimento de conscientização, de processos e de disputas que compõem sua história.

O ensino de História pode possibilitar ao aluno “reconhecer a existência da história crítica e da história interiorizada” e “a viver conscientemente as especificidades de cada uma delas”. O estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido, a medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do “outro”, de uma “outra sociedade”, “outros valores e mitos”, de diferentes momentos históricos (BITTENCOURT, 1998, p. 27)

³ A Nova História é uma corrente historiográfica que surgiu nos anos 70, fazendo parte da terceira geração da Escola dos Annales. Essa escola historiográfica, ao romper com o paradigma do historicismo, propõe uma nova abordagem da História, onde a memória é compreendida como uma construção que abrange tanto elementos materiais quanto imateriais (BARROS, 2013), ampliando o olhar do historiador, do professor e do estudante em História para essas diversas formas de registrar e representar o passado.

Diante disso, podemos concluir que a finalidade da disciplina de História depende de conceitos historiográficos que estabeleçam uma relação entre presente-passado-presente. Esse processo é central para o que nomeamos de aprendizagem histórica, que articula a experiência, a interpretação e a reflexão em relação ao conteúdo curricular. O contato com o conhecimento histórico mediado pela ação do professor proporciona a construção de uma consciência histórica. A experiência com o passado e de interpretar os eventos desse passado é um processo de aprendizado que possibilita o desenvolvimento da capacidade de diagnosticar suas carências de sua realidade social, sendo uma forma de orientação no presente para construir alternativas no futuro em comparação com o passado (ALMEIDA, 2021, p. 23).

Nesse sentido, Le Goff (1990) propõe considerar o estudo da memória como um objeto de estudo central para o historiador e para o professor de História que possibilita a aprendizagem histórica. Tradicionalmente, a memória era abordada de maneira mais restrita, muitas vezes vinculada a perspectivas da biologia e da psicologia, onde era vista principalmente como um processo de ordenação e armazenamento de informações. Nesse contexto, mnemotécnicas eram utilizadas para ampliar a capacidade de absorção e retenção da informação, focando em aspectos individuais e cognitivos da memória. No entanto, a abordagem de Le Goff amplia essa visão ao discutir a "memória" em termos de diferentes categorias, como a memória individual, associada às ciências cognitivas, e outros tipos, como a memória social e a memória coletiva. No escopo desta pesquisa, adotamos a definição de memória coletiva de acordo com Le Goff (1990, p. 477): “[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”.

A análise da memória coletiva contribui para uma compreensão mais complexa e rica do seu papel na formação e manutenção da identidade social e histórica. Em contraste com abordagens anteriores que focam predominantemente no aspecto individual e técnico da memória, Le Goff destaca a importância de considerar como a memória é estruturada e ordenada em contextos sociais e culturais mais amplos. Isso permite uma análise mais completa da memória como um fenômeno coletivo e social, essencial para a historiografia e para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais ao longo da história. A ideia de memória coletiva remonta às sociedades sem escrita, que nesse contexto se em torno de interesses como a manutenção de mitos de origem, prestígio de famílias dominantes por meio de

genealogias e saber técnico transmitido por magia (LE GOFF, 1990, p. 431). Em sociedades mais complexas, Le Goff analisa as dinâmicas de interesse na memória e os meios de controle, especialmente através da escrita.

Logo, a memória é um objeto de estudo central para a historiografia e para o ensino de História, pois é por meio dela que a História se desenvolve e se alimenta. A memória busca preservar o passado para servir ao presente e ao futuro, permitindo ao historiador, pesquisador ou ao estudante acessar o passado, compreender o presente e projetar o futuro. É nessa análise que se encontra a relação entre memória, identidade, e relações de poder e autonomia do qual é crucial para entender a sociedade de forma crítica e libertadora. Le Goff (1990, p. 477) enfatiza que a memória coletiva deve ser trabalhada nos trabalhos historiográficos de modo que "sirva para a libertação e não para a servidão dos homens", destacando o valor de utilizar a memória como um instrumento para promover a liberdade e não como uma ferramenta de opressão.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426).

Um conceito central para a compreensão do museu como espaço de ensino e memória é o de “lugares de memória”, tal como desenvolvido por Pierre Nora. Esses lugares não apenas preservam o passado, mas tornam-se locais onde a memória coletiva se cristaliza, permitindo que eventos históricos permaneçam vivos no imaginário social.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, pp. 12-13).

São lugares carregados de uma “vontade de memória” e podem ser entendidos num movimento triplo de acepção. Primeiro, como *lugar material* que pode ser sentido e tocado; segundo, como *lugar funcional* que serve como alicerce para memórias coletivas; e o terceiro, como um *lugar simbólico* onde a memória coletiva se revela e se expressa.

É material, pelo seu conteúdo demográfico; funcional, por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por

um pequeno número uma maioria que deles não participou. (Nora, 1993, p.21-22).

Os lugares de memória podem ser reconhecidos em sua manifestação física, em estruturas e instituições, que passam por diferentes categorias, como são os museus, memoriais e monumentos. Cada qual com especificidades que coexistem e interagem entre si e que refletem a função na forma de preservação e expressão da memória coletiva. Os Museus, como discutimos, são lugares de intermediação entre o patrimônio histórico e cultural com o sujeito visitante, tem por característica a preservação, organização e as formas de exposição do acervo. Os Memoriais possuem uma dimensão funcional e simbólica específica, sendo locais, que não possuem um acervo como os museus, criados para homenagear ou evocar eventos e figuras do passado, promovendo a cristalização de lembranças e sua transmissão às gerações futuras. E por outro lado, a simplicidade estrutural do Memorial é deixada de lado quando se trata de Monumentos⁴. Nas palavras de Arthur C. Danto (1985, p. 152), “Erguemos monumentos para que possamos sempre lembrar e construímos memoriais para que nunca possamos esquecer”. Os monumentos são espaços predominantemente simbólicos, destinados a marcar acontecimentos históricos ou valores coletivos, geralmente por meio de estruturas visíveis e grandiosas.

Em resumo, vemos que diferindo somente no grau, esses três aspectos coexistem e representam na vontade ou intenção de memória, expressa nos “lugares de memória”, um jogo entre a História e a Memória num movimento de sobre determinação recíproca. O que integra esse movimento é o caráter social e político que conduz o investimento histórico e social do ser humano a fim de criar os seus lugares de memória (NORA, 1993, p. 22). Logo, os lugares de memória são objetos de valor para a pesquisa histórica quanto para o ensino de História, porque possibilita a análise do que se preserva e se produz enquanto memória coletiva, que se traduz em lugares para a materialização da memória (GONÇALVES, 2013). A Memória e seus lugares de materialização, ou os Lugares de Memória, nesse sentido, são objetos de análise comuns tanto para o historiador quanto para o professor de história, pois é no trato desses objetos que os dois exercem a função que Burke chama de “lembrete”. O lembrete era um funcionário das bibliotecas que tinha como função lembrar quem frequentava o espaço para devolver os livros, seu nome era um eufemismo para cobrador de dívidas (BURKE, 2000, p. 89).

4. UM LUGAR DE MEMÓRIA: O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

⁴ Arthur C. Danto (1985, p. 152) afirma: “Os monumentos comemoram o memorável e incorporam os mitos dos começos. Os memoriais ritualizam a lembrança e marcam a realidade dos fins”.

A compreensão do papel e da função do Memorial da Resistência de São Paulo como Lugar de Memória começa com a compreensão histórica do passado de violência estatal na história do Brasil. A compreensão desse período pode começar com a reflexão sobre o verbo “resistir”. Esse verbo significa opor, não ceder ou defender-se e aparece dentro da prática social brasileira junto aos verbos “organizar”, “sobreviver” e “lutar”. O verbo é comum aos grupos expropriados economicamente e socialmente, retirados de si os meios de viver, produzir e reproduzir pela ação direta ou indireta de outro. Esse verbo que expressa uma prática social reativa, oriunda de classes minoritárias em resposta à ação ativa de uma classe dominante. A presença histórica desse verbo remonta ao período colonial, onde encontraremos “resistir” na ação dos nativos, na organização dos quilombos e nas revoltas, como a Conjuração Baiana. No império, encontraremos “resistir” nas revoltas regenciais, como a Cabanagem e a Revolta dos Malês⁵.

No período republicano (de 1889 à atualidade) da história do Brasil o verbo “resistir” aparece num contexto mais amplo da fricção da luta de classes. Sendo um momento da história brasileira caracterizado por uma fase intermediária entre uma economia rural e a modernização capitalista, que passaria por um "estágio político" que atuaria para mediar os conflitos de classes em sociedades em processo de urbanização. Conflitos esses que surgem da tentativa de organização do que ficou do império, aliado ao nascimento de uma burguesia industrial e da organização das classes trabalhadoras em sindicatos, movimentos e posteriormente em partidos. Um dos instrumentos dessa fase intermediária se encontra na repressão social e política do período republicano, como foi a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), um órgão governamental para perseguição, tortura e violência contra inimigos políticos do Estado, que teve atuação especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). Em especial no Estado de São Paulo seu braço de atuação era o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), que surge em 1924 e em 1983 é extinto. O edifício que abrigou o DEOPS em São Paulo, localizado no centro histórico, originalmente não foi projetado com a intenção de servir como instrumento de repressão, nem para práticas de tortura, assassinato ou encarceramento como as prisões são. Foi projetado

⁵ Durante o Brasil colonial e o Período Regencial, diversas revoltas populares expressaram o descontentamento com a opressão social e econômica. A Conjuração Baiana (1798), ocorrida em Salvador, buscava a independência de Portugal, o fim da escravidão e a melhoria das condições das camadas populares, sendo influenciada por ideais da Revolução Francesa e Haitiana, mas rapidamente reprimida. A Cabanagem (1835-1840), no Grão-Pará, foi marcada pela participação de indígenas, negros e trabalhadores pobres, que protestavam contra a exclusão e a precariedade, sendo violentamente reprimida pelo governo regencial. Já a Revolta dos Malês (1835), também em Salvador, liderada por escravos muçulmanos, buscava a liberdade religiosa e a criação de uma república islâmica, mas foi sufocada devido à superioridade militar das tropas imperiais.

pelo Escritório Técnico de Arquitetura de Ramos de Azevedo e construído em 1914, servindo inicialmente como armazém e escritório para a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana até 1938. Em 1939, o edifício passou por reformas para se tornar a sede do DEOPS em 1942 (NEVES, 2014, p. 48).

Diante desse cenário histórico, inaugurado como Memorial da Resistência em 2009, o edifício simboliza uma mudança de significado e uso, de um espaço de opressão para um espaço de preservação e educação, dedicado a transmitir memórias da repressão e resistência políticas. O Memorial da Resistência de São Paulo, apesar de seu nome, é um museu, dada sua estrutura de organização, que visa a preservação e exposição de acervos, em paralelos de atividades educativas e de divulgação. O nome anterior, "Memorial da Liberdade", foi criticado por seu tom irônico, considerando o histórico repressivo do local. Marcelo Mattos Araújo, que esteve à frente da transição para o Memorial da Resistência, destacou: "Havia inclusive uma grande crítica ao próprio nome 'Memorial da Liberdade', porque era um nome até um pouco irônico para designar um local como esse." (Memorial da Resistência, 2018, p. 48). A escolha do termo "Memorial da Resistência" reflete uma tentativa de reposicionar simbolicamente o lugar, embora sua função museológica prevaleça.

Um dos pilares de ação do Memorial é o programa Coleta Regular de Testemunhos, projeto que integra o Núcleo de Pesquisa. Esse programa, iniciado em 2008, durante o processo de implantação do Memorial, envolve a coleta de testemunhos de ex-presos e perseguidos políticos que passaram pelo DEOPS. Esse programa, é base para a construção e da organização da narrativa e da proposta do Memorial, que visa documentar as memórias daqueles que viveram a repressão diretamente, lançando luz sobre o cotidiano da experiência prisional e a importância da resistência como forma de sobrevivência. A partir de 2012, o programa adotou metodologias da História Oral, consolidando-se como uma iniciativa relevante do Núcleo de Pesquisa do Memorial, com um acervo que atualmente conta com mais de 150 entrevistas audiovisuais (Memorial da Resistência, 2018, p. 32).

As entrevistas realizadas preservam não apenas as memórias dos ex-presos, mas também os testemunhos de familiares e militantes de movimentos sociais, abrangendo uma visão ampla sobre os processos de repressão e resistência na ditadura militar. Esse programa não apenas preserva memórias individuais, mas também reforça a narrativa coletiva que permeia o espaço físico e as exposições, funcionando como um importante recurso educativo para visitantes e pesquisadores. Em síntese, o Memorial da Resistência de São Paulo

ultrapassa a função de espaço expositivo e atua como um importante agente de preservação e de memória. Integrado a isso, seu programa educativo do Memorial da Resistência segue a mesma posição, ou seja, tem por finalidade desenvolver diálogo entre o acervo e o público, por meio de visitas orientadas e processos formativos que problematizam os temas de Direitos Humanos e da construção de uma memória histórica sobre a História do autoritarismo brasileiro. Estruturado em torno dos conceitos de democracia, direitos humanos, controle, repressão e resistência, o programa atua como uma plataforma de divulgação e de conscientização sobre a importância da memória social e do direito à verdade como instrumentos de reparação e conscientização política.

Dentre as ações realizadas, um exemplo é o Projeto Resisto!, iniciativa voltada para o público infanto-juvenil, com o objetivo de fornecer aos educadores materiais pedagógicos acessíveis e promover uma experiência educativa que une o lúdico ao crítico. Esse projeto, desenvolvido no contexto da pandemia de COVID-19, faz uso de vídeos em formato de telejornal e aborda temas fundamentais ao Memorial, como repressão, resistência, direitos humanos e patrimônio cultural. O material é disponibilizado em versões acessíveis, incluindo Libras e áudio descrição, além de contar com roteiros de pesquisa e atividades, o que facilita seu uso em ambientes educacionais diversos e possibilita a inclusão e a adaptação dos conteúdos a diferentes faixas etárias e contextos escolares.

Por fim, além desse projeto, o programa educativo do Memorial oferece atividades que abrangem a formação de professores e educadores não formais, cursos introdutórios em direitos humanos e contação de histórias para crianças, entre outras. Essas ações são desenvolvidas com o intuito de atender às demandas relativas a uma proposta que pensa a inclusão e o pensar crítico sobre o exercício da cidadania, propiciando uma abordagem pedagógica que incentive uma cultura de direitos humanos. Em resumo, podemos ver que a metodologia adotada pelos educadores do Memorial está fundamentada no desenvolvimento contínuo das práticas educativas e na sensibilização do público para uma compreensão mais ampla dos processos históricos de repressão e resistência que marcaram o Brasil (Memorial da Resistência, 2018, p. 37). Contudo, a Ação Educativa enfrenta o desafio de ampliar sua atuação para além dos limites físicos do Memorial, buscando dialogar com a realidade social de seu entorno e pensar os sujeitos em contextos de vulnerabilidade⁶. A presença de habitantes historicamente marginalizados exige uma abordagem que contemple o

⁶ Voltando os olhos não só para os moradores do centro, já que em 2023, o “fluxo” da cracolândia foi deslocado para a Estação da Luz, em especial na Rua Mauá.

fortalecimento da cidadania e a valorização dos direitos humanos no território (Memorial da Resistência, 2018, p. 37).

5. A DOCÊNCIA E O MUSEU

Essa parte do trabalho foi estruturada de forma a sintetizar as ideias desenvolvidas ao longo do trabalho. Como o conceito de Educação Museal e os conceitos de Historiografia, considerando o Memorial da Resistência como um exemplo, para assim voltar ao tema do Ensino de História, com possibilidades de práticas e de ação docente. A partir disso, existem duas ideias que ajudam a estruturar essa parte final do trabalho: a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e o museu enquanto fonte histórica.

Com base no que foi desenvolvido consideramos que o Memorial da Resistência de São Paulo é um exemplo contundente em relação à abordagem pedagógica já que, além de preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural, também representa, enquanto projeto, os próprios processos históricos que compõem seu acervo. O professor aqui, para além de discutir os objetos expostos, pode trabalhar com seus estudantes sobre a própria estrutura do Memorial. Um processo que promove a aprendizagem histórica, onde os estudantes não apenas absorvem informações que encontram nos corredores do museu, mas interagem com o espaço e constroem suas próprias indagações sobre a preservação da memória, sobre seus direitos e sua importância na construção da identidade coletiva. O "Projeto Resisto!" é particularmente significativo nesse contexto, já que oferece roteiros de pesquisa fundamentados no acervo do Memorial. Esses roteiros viabilizam o trabalho do professor no sentido de conectar ensino e pesquisa, transformando o museu em um espaço de investigação e não apenas de exposição. Por meio dos relatos organizados pelo Núcleo de Pesquisa do Memorial, os estudantes têm acesso a instrumentos que possibilitam investigar e refletir criticamente e produzir conhecimento. Contudo, podemos explorar mais essas duas ideias - ou seja, a ideia de indissociabilidade do ensino e pesquisa e o museu como fonte histórica - já que permite discutir de modo aprofundado o papel do ensino de história. Essa abordagem possibilita que o professor promova uma mediação crítica entre os conteúdos do Memorial e os temas históricos e sociais abordados em sala de aula, fortalecendo a conexão entre o conhecimento acadêmico e a construção da memória histórica.

A ideia de indissociabilidade do ensino e pesquisa está dentro de algo que se aprende no começo da licenciatura em História, é que “um ótimo professor de História deve ser um bom pesquisador”, ou seja, é uma questão em torno da importância da pesquisa. É, em

resumo, a sistematização e organização do conhecimento em torno de um objeto de estudo, aqui podendo ser uma pesquisa sobre uma exposição, uma obra ou até mesmo um museu. Seria uma defesa da utilização da pesquisa como recurso de aprendizagem, algo que incentiva a dúvida e o desenvolvimento da curiosidade científica para superação da dúvida. Essa busca constante, com incentivo pela mediação do professor, que cria essa curiosidade além do comum, pode ser observada, e certamente foi uma influência para muitos professores, no que Paulo Freire já havia discutido, no capítulo “Ensinar exige pesquisa” do seu livro *Pedagogia da Autonomia*:

Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p. 16)

Essa perspectiva levantada traz a ideia de pesquisa para superação de uma curiosidade ingênua, como coloca Freire “A curiosidade ingênua, de que resulta indiscutivelmente um certo saber, não importa que metodicamente desrigoroso, é a que caracteriza o senso comum.”. (FREIRE, 1996, p. 16), para uma curiosidade epistemológica. E essa superação de uma curiosidade para outra se dá na formação do próprio docente, como próprio Freire coloca:

Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheia, de um lado, do exercício da criatividade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e do outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação. Conhecer não é, de fato, adivinhar, com intuir. O importante, não resta dúvida, é não pararmos satisfeitos ao nível das intuições, mas submetê-las à análise metodicamente rigorosa de nossa curiosidade epistemológica. (FREIRE, 1996, p. 26)

Diante disso, não é suficiente que o museu exista apenas como um recurso pedagógico para os professores de História, pois sua função vai além, servindo como uma instituição voltada para toda a sociedade. É fundamental, portanto, que a formação dos docentes possibilite experiências culturais aos estudantes e não apenas um método de reflexão e pesquisa, mas também uma abordagem mais ampla, que permita a criação de novos conhecimentos a partir das fontes históricas. Essas fontes não são meros objetos informativos

retirados de seus contextos originais; elas representam formas de expressão humana, aguardando o olhar atento do estudante, do pesquisador ou do curioso, que as analisará com perguntas afiadas, como um bisturi que revela novas camadas de significado. Ou seja, um estudo partindo de conceitos historiográficos com o museu torna-se viável quando entendemos que os objetos no museu são fontes históricas que também servem ao trabalho docente. Assim, os professores devem ser capazes de explorar as fontes organizadas e expostas pelos museus, mediando os estudantes no desenvolvimento de uma compreensão mais profunda e crítica do processo historiográfico e da construção do conhecimento.

A segunda ideia, ou seja, o museu como fonte histórica, embora vital, pode representar um desafio para a prática docente. Ela é essencial porque, ao partir da organização didática e metodológica dentro do processo de ensino-aprendizagem — em que a realidade é o ponto de partida, o ponto de chegada e também o campo de caminhada (VEIGA, 2008, p. 273–274) —, o uso de fontes em sala de aula possibilita ao docente orientar os estudantes em diversas direções. Isso ocorre porque se busca dialogar e refletir sobre as diferentes formas de expressão do conhecimento e da ação humana, sejam elas imateriais ou materiais, locais ou globais, e envolvendo uma ampla gama de atores sociais. Em outras palavras, as fontes ampliam o papel do professor de História na construção de conhecimento. O museu, nesse contexto, é mais do que uma instituição que preserva a memória em suas diversas formas de exposição. É uma instituição que também tem um caráter documental com potencial para análise histórica. Isso significa que o museu não apenas guarda os objetos expostos que se tornam fontes históricas na pesquisa do estudante, mas também se torna parte da própria história, refletindo em sua estrutura os interesses da sociedade.

Mas, qual seria um desafio para a prática docente? Para responder, pensamos na constituição de uma exposição. Considerando a variedade de museus, teremos como foco o museu de ciências humanas, apesar de haver aspectos comuns com museus de ciências naturais, físicas ou museus de arte. Em linhas gerais, a exposição é onde acontece o encontro entre o sujeito visitante e o objeto exposto ou o encontro entre a sociedade e seu patrimônio. É onde se realiza a materialidade do patrimônio num suporte em que o apresenta, em vista que sua constituição na exposição é a transposição da imaterialidade, que são seus sentidos e significados, em objetos visíveis ao visitante. Ao mesmo tempo que a exposição do patrimônio nem sempre deve se consagrar na materialidade em exposições, podendo ser exposto com sons, luzes e imagens pensando na diversidade de visitantes e de experiências

possíveis. Já que a exposição é o primeiro contato de muitos visitantes com diversos temas, com um sistema próprio de comunicação que permita, dentro de sua própria lógica e sentido, representar e transmitir por meio do seu acervo as culturas, histórias, tradições, conhecimentos, em outras palavras, é a exposição da diversidade dos modos de viver e do fazer humano. Entretanto, a exposição, apesar da intencionalidade da organização lógica de seu acervo, quando descolada de um trabalho mediador, é para o visitante como uma grande reunião de objetos sequenciais em vitrines com informações numa etiqueta ao lado. Essa potencialidade de ser um problema é um debate que movimenta como pensar esse sistema próprio comunicativo do museu em sua exposição. Visto que uma exposição só é completa quando há os suportes necessários que permitam e aproximem os sujeitos visitantes ao seu patrimônio, sem presumir que todos esses sujeitos sejam doutores e, nesse sentido, desconsiderar uma proposta comunicativa inteligível ao leigo (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 1998, p. 107). Pensando a ação do professor, em especial de história, por ser aquele que está integrado ao local privilegiado dos meios pedagógicos e didáticos, é aquele que consegue desenvolver e trabalhar, de antemão, com seus estudantes para que essa mediação com os objetos expostos permita a reflexão sobre as temáticas.

Para concluir essa parte do trabalho, podemos a partir do nosso estudo de caso, o Memorial da Resistência de São Paulo, pensar possibilidades práticas que possibilitem o trabalho docente. Visto que a consideração sobre os meios pedagógicos e didáticos passam por pensar tipos de ações práticas e atividades que possibilitem o desenvolver do trabalho docente. E, diante do exposto, vemos que a integração entre ensino, pesquisa e o museu como fonte histórica para o trabalho docente revela as possibilidades pedagógicas que extrapolam a simples visita.

Uma das atividades que pensam as instituições museais é a realização de visitas guiadas investigativas, nas quais os estudantes assumem o papel de “investigadores” ou de historiadores. Essa abordagem, considerando o que Peter Burke (1992) fala sobre a escrita da história, incentiva os estudantes a interpretar um espaço como o Memorial de forma ativa, analisando os significados dos objetos, espaços e narrativas presentes, e conectando-os aos processos históricos do país. Ao assumirem esse papel, os estudantes se aproximam da prática do historiador, construindo suas próprias interpretações sobre os eventos. Outra atividade é a criação de um mapeamento do patrimônio histórico. Considerando as formas que os lugares de memória possuem, como visto em Pierre Nora, essa proposta busca identificar e

estabelecer conexões entre o Memorial e outros espaços de memória da cidade. Com essa prática, os estudantes, na prática, constroem seus próprios "lugares de memória". Isso contribui para a formação de uma identidade local e para a valorização do patrimônio cultural. Essa abordagem pedagógica incentiva os estudantes a explorar as relações entre os locais de memória, percebendo conexões, particularidades e padrões no desenvolver da História que ajudam a compreender melhor a história da cidade. Esse processo aprofunda o senso de pertencimento e estimula a valorização e o cuidado com o patrimônio local.

O docente, para além disso, tem por papel propor iniciativas interdisciplinares como exposições escolares, roteiros históricos ou campanhas de conscientização, ou seja, entender que os projetos de ação patrimonial não apenas conectam ensino e pesquisa, mas também promovem o engajamento ativo dos estudantes na construção do saber histórico. Essa abordagem, alinhada às considerações de Paulo Freire (1996, p. 16), fortalece o protagonismo estudantil e contribui para a construção de uma comunidade escolar mais consciente e engajada na preservação do patrimônio cultural. Essas práticas, fundamentadas no diálogo entre ensino, pesquisa e experiência museológica, transformam o museu em um espaço de reflexão e transformação. Os estudantes, ao revisitar criticamente o passado, compreendem melhor as relações entre memória, história e sociedade, fortalecendo sua capacidade de agir no presente. Assim, o Memorial da Resistência se afirma como uma ferramenta educativa essencial para o ensino de História, possibilitando aprendizagens significativas que extrapolam os limites da sala de aula.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para pensar algumas considerações finais, podemos voltar à hipótese que a pesquisa partiu: os museus possuem um valor pedagógico que deve ser explorado na prática docente. E, diante do que foi apresentado, podemos concluir que o ensino de história ao integrar a análise da memória e seus lugares de materialização, como os museus, deixa de ser meramente uma acumulação enciclopédica de fatos. Em vez disso, torna-se um exercício de reflexão crítica que ajuda o estudante a refletir sobre seus temas e compreender melhor as questões do presente.

O trabalho se propôs a pensar a finalidade do ensino de História, na articulação entre memória e seus lugares de materialização, como os museus, permitindo uma compreensão do passado que transcende a mera acumulação de fatos e se torna um processo crítico de

aprendizagem histórica. Fundamentado nas contribuições de Le Goff e Pierre Nora, foi pensado como esse ensino pode integrar memória individual e coletiva, identidade social e dinâmicas de poder, destacando o papel dos “lugares de memória” como mediadores entre o patrimônio histórico-cultural e o presente. Museus, memoriais e monumentos, enquanto expressões materiais e simbólicas, não apenas preservam o passado, mas cristalizam memórias coletivas que orientam a construção de identidades e pertencimentos. Assim, o ensino de História não apenas rememora eventos históricos, mas os reinsere no cotidiano escolar como instrumentos de reflexão crítica, promovendo a liberdade e a autonomia intelectual por meio da análise da relação entre história, memória e sociedade contemporânea.

Na análise do Memorial da Resistência de São Paulo, como estudo de caso, identificamos como a interseção entre o espaço museológico aliado ao ensino histórico possa desenvolver a aprendizagem histórica e que permita uma discussão para produzir conhecimento sobre o patrimônio cultural. Considerando o dia a dia da sala de aula, a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos nas aulas de história, os estudantes entram em contato com o que pode parecer obsoleto ou ultrapassado, mas que, na verdade, faz parte do que é o seu patrimônio histórico e cultural. Ao serem instigados a analisar criticamente esse patrimônio, os estudantes desenvolvem uma compreensão mais profunda das dinâmicas históricas e de suas implicações na construção da memória coletiva, como uma reflexão sobre a identidade e o sentimento de pertencimento. Assim, o museu deixa de ser apenas um espaço expositivo e passa a ocupar um lugar central na formação de sujeitos críticos, capazes de dialogar com o passado e de refletir sobre seu papel na sociedade contemporânea. Ainda que o trabalho se propôs a pensar uma instituição específica, nesse sentido, ainda há espaço para um debate e pesquisa em explorar outros museus, de outros tipos ou recortes, ampliando a conexão entre esses espaços e o Ensino de História.

Por fim, ao revisitar as questões do passado a partir das questões do presente, os estudantes não apenas ampliam sua compreensão histórica, mas também reconhecem como esses eventos contribuem para a construção da memória coletiva e para a formação de suas próprias identidades. Essa reflexão crítica permite que eles internalizem noções, conceitos e valores que orientam sua compreensão crítica do presente e sua vivência cotidiana. Assim, o ensino de História, mediado pelos museus e seus lugares de memória, não se limita ao conhecimento estático e pronto, mas se torna um processo contínuo de formação, em que o

estudante se relaciona ativamente com a história, com o patrimônio cultural e com as dinâmicas sociais que moldam sua identidade e sua percepção do mundo.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana M;VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe. (org.) O saber histórico na sala de aula. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

ALMEIDA, Denis A. . A Didática da História: uma perspectiva de aprendizagem. 1. ed. Curitiba: WAS Edições, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 Novembro de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 01 Novembro de 2024.

BARROS, José D'Assunção. A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. Revista de História (UFBA), Salvador, BA, v. 5 n. 1-2 (2013), p. 308-340. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/28229/16752>>. Acesso em: 01 de Novembro de 2024.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: _____. (org.) O saber histórico na sala de aula. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 2006.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____, Peter. Variedades de história cultural; tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DANTO, Arthur C. Vietnam Veterans Memorial. The Nation, Nova Iorque, 1985, pp. 152 – 155.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. Uma educação para a liberdade. Porto/Textos marginais, 3º Ed. 1974.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 27–46, 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em: 01 de Novembro de 2024.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2014.

Memorial da Resistência de São Paulo. (Org.). Memorial da Resistência, 10 anos: presente!. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018.

NEVES, Deborah Regina Leal. A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27062014-120128/>. Acesso em: 01 de Novembro de 2024.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 01 de Novembro de 2024.

VEIGA, Ilma Passos A. Organização didática da aula: um projeto colaborativo de ação imediata. In: _____. (org.) Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. São Paulo: Papius, 2008.